



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Mesa coordenada: O direito à educação superior e a mercantilização do ensino superior brasileiro: subsídios para analisar a formação profissional em serviço social na contemporaneidade

**Teoria do capital humano e desigualdade na sociedade capitalista**

**Andréa Cristina Viana de Souza<sup>1</sup>**

**Resumo:** o trabalho relaciona a difusão da teoria do capital humano com o desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como com o padrão educacional vigente em um país capitalista dependente como o Brasil. A análise crítica da relação entre teoria do capital humano, desenvolvimento capitalista dependente e padrão educacional para a periferia capitalista configura-se como elemento analítico basilar para compreendermos a política educacional brasileira e a expansão do ensino superior por meio do Ensino a Distância.

**Palavras-chave:** Teoria do capital humano. Desenvolvimento capitalista. Padrão educacional.

**Human Capital theory and inequality in capitalist society**

**Abstract:** this paper work connects the human capital theory diffusion with Brazilian capitalist development, as well as the educational standard prevailing in a capitalist dependent country as Brazil. The critic analysis of the relation between human capital, dependent capitalist development and educational standard to capitalist outskirts represents a fundamental instrument which enables us to understand the Brazilian educational policy and the expansion of the higher education through long distance modality.

**Keywords:** Human capital theory. Capitalist development. Educational standard.

**Introdução: a teoria do capital humano por Theodore Schultz.**

Theodore Schultz<sup>2</sup> foi um estudioso da área de economia, inicialmente seus estudos se dirigiam à agricultura, contudo, por volta dos anos 1956-1957 sua atenção foi redirecionada para o campo de estudos relativos à educação, em razão do debate<sup>3</sup> que ganhou corpo nessa época (SCHULTZ, 1973).

<sup>1</sup> Assistente social formada pela UFF, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). E-mail: <andreacvsouza@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Theodore W. Schultz foi um intelectual, professor de economia na Universidade de Chicago, nos anos 1950, seus estudos foram iniciados na área da agricultura. Nos pós Segunda Guerra Mundial, sua produção teórica apresentou explicações para a rápida retomada do crescimento econômico de países devastados, como o Japão e a Alemanha, baseando-se em investimentos em educação e saúde. Theodore W. Schultz foi agraciado com prêmio Nobel em 1979. O interesse do autor pelo tema remonta aos idos de 1956/1957, quando os conceitos para avaliar capital e trabalho se mostravam inadequados para explicar os ganhos que estavam ocorrendo na produção. A obra *O valor econômico da educação*, de 1963, tem como finalidade tornar claro o significado de capital humano, no que concerne à esfera da educação, que é vista como uma forma de investimento na capacidade individual. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c teoria %20do capital humano.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c%20teoria%20do%20capital%20humano.htm)>.

<sup>3</sup> A questão do desenvolvimento econômico não atingido pelos países da periferia do capitalismo, no cenário do pós Segunda Guerra Mundial, quando os países centrais experimentaram altas taxas de lucro e crescimento, tornou-se um tema de fundamental importância para assegurar a manutenção do sistema capitalista no mundo, dado que a polarização do globo, entre os Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas

Em suas pesquisas se deparou com a necessidade de elucidar por quais motivos “[...] os progressos registrados no campo das ciências não podiam explicar todos os ganhos de produtividade” (SCHULTZ, 1973a: p, 7).

Assim, a questão que o autor buscou compreender foi a do crescimento econômico tomado como “[...] aumento do produto nacional” (SCHULTZ, 1973: p,58). Tal questão se colocou como um problema a ser investigado pelo autor, pois:

O estudo deste crescimento é, atualmente, objeto de constante preocupação dos economistas, não devido a qualquer devotamento, genuíno ou não, ao desenvolvimentismo, mas em atenção ao crescente interesse público pelo crescimento. Mas não tem sido possível explicar o crescimento observado pelos sensíveis aumentos dos fatores convencionais da produção. Os melhores indícios são os melhoramentos na *qualidade* dos fatores, tanto humanos como mecânicos, e no planejamento da economia. Os níveis de instrução, que se têm elevado, rapidamente, estão sendo investigados para conhecimento do efeito que possam ter sobre a produtividade do esforço humano (SCHULTZ, 1973, p, 58-59).

Dessa forma, o autor construiu sua explicação para o crescimento econômico, com base no conceito de capital humano. O autor defende a necessidade de ampliação do conceito de capital, chegando ao capital humano, porque diante do crescimento da economia, haveria um fator não contemplado na lógica do processo: a educação.

O que está ocorrendo, na economia, é que uma ordenação de novos fatores de produção vem sendo introduzida; a qualidade dos antigos fatores está sendo aperfeiçoada; e o jogo do crescimento tem-se limitado a dissimular os serviços produtivos adicionais dessas fontes, como suposta “transformação tecnológica”. A implicação é que o grande “resíduo” é, simplesmente, um desvio do critério analítico, que a maioria dos economistas vem utilizando para corrigir esse desvio, será necessário desenvolver um conceito integrado dos fatores de produção, abrangendo a produtividade econômica da educação (SCHULTZ, 1973, p. 12).

Para embasar teoricamente tal perspectiva, Theodore Schultz usou argumentos de pelo menos três autores diferentes:

O filósofo-economista Adam Smith, audaciosamente, considerava, como parte do capital, todas as habilidades adquiridas e utilizáveis de todos os habitantes de um país, e apresentava as sólidas razões por que assim procedia (SCHULTZ, 1973, p. 12).

[...]

Embora estivesse consciente de que havia vários eminentes economistas que voltaram suas vistas para os seres humanos como uma espécie de capital – Adam Smith, H. von Thünen e notadamente Irving Fischer – não sabia, àquela época, que também outros haviam percebido a importância econômica dos progressos registrados no campo dos conhecimentos das melhorias na “qualidade” relativamente à força de trabalho (SCHULTZ, 1973a, p. 7-8).

---

Socialistas Soviéticas (URSS), apontava para outra alternativa de organização social, configurando uma ameaça à reprodução do capital. FONTE: Notas de aula da Disciplina Educação Brasileira e Questão Social, na Faculdade de Educação da UFRJ, 2º semestre de 2014.

Theodore Schultz explica que o conceito de capital humano, até então, não gozava de prestígio entre os economistas, em virtude de questões morais e filosóficas, pois “[...] O mero pensamento do investimento em seres humanos é <sup>4</sup>ofensivo a alguns dentre nós” (SCHULTZ, 1973a, p. 33).

O autor atribui tal dificuldade à luta contra a escravidão e a servidão, resultando em um problema para a adoção da perspectiva do tratamento das pessoas como alvo de investimentos para ampliação de riqueza, conforme seu ponto de vista:

[...] não há nada no conceito de riqueza humana contrário à ideia de que ela exista apenas para oferecer vantagens às pessoas. Ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posta à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar (SCHULTZ, 1973a, p. 33).

Tomando o conceito ampliado de capital, o capital humano, Theodore Schultz segue adiante e apresenta sua tese, qual seja: o autor defende a noção de que os trabalhadores teriam se transformado em capitalistas, pelo fato de serem eles os donos do seu próprio capital humano.

Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa, como o folclore colocaria a questão, mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico. Esse conhecimento e essa capacidade são em grande parte o produto de investimento e, combinados com outros investimentos humanos, são responsáveis predominantemente pela superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados. Omiti-los, ao estudar-se o crescimento econômico, é o mesmo que explicar a ideologia soviética sem a figura de Marx (SCHULTZ, 1973a, p. 35).

Destarte, é possível apreender que, para o autor, capital humano equivale a investimentos realizados em seres humanos, em esferas como saúde, educação e adestramento. O capital humano para Theodore Schultz é o tipo de capital constituído pela instrução, na medida em que as pessoas podem adquirir capacidades e conhecimentos úteis para utilização no mundo da produção. Aqui, vale a citação longa do autor:

Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela como *capital humano*. Dado que se torna parte integral da pessoa, não pode ser comprada ou vendida ou tratada de acordo com nossas instituições, como propriedade. Não obstante, é uma forma de capital [que] se presta serviços de um determinado valor. A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns

---

<sup>4</sup> Schultz aborda nesse ponto uma possível analogia entre o investimento em capital humano, com o passado recente da sociedade capitalista, que apesar do liberalismo declarado conviveu com a escravidão dos povos africanos. Desse modo, o autor busca distinguir o investimento em capital humano do investimento realizado na compra de escravos, mostrando que essa é a razão da dificuldade acerca da visão sobre a possibilidade de realizar investimentos no homem: “Consequentemente, tratar os seres humanos como riqueza que pode ser ampliada por investimento é um ato contrário a valores fundamente arraigados” (SCHULTZ, 1973a, p. 33).

aumentos importantes na renda nacional são uma consequência de adições a esta forma de capital (SCHULTZ, 1973a, p. 79).

A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo (SCHULTZ, 1973a, p. 53).

O conceito de capital humano é usado por Theodore Schultz para explicar por que motivos alguns países cresceram mais economicamente que outros. O autor refuta teses consideradas por ele ultrapassadas, como a explicação do crescimento econômico pela posse de recursos naturais; ou ainda de um território extenso; mesmo o crescimento econômico fundado na “[...] fonte de abundância moderna [que] é a industrialização [...]” (SCHULTZ, 1973a, p. 12).

Logo, o autor defende que a explicação para o crescimento econômico passa pelo investimento nesse tipo de capital, que não fora contemplado pelos estudiosos da economia.

O autor justifica o suposto subdesenvolvimento com base na existência do analfabetismo: para que os países designados como menos industrializados pudessem chegar ao patamar dos países industrializados a recomendação do autor é a erradicação do analfabetismo para que, desse modo, fosse alavancado o desenvolvimento econômico (SCHULTZ, 1973a).

A ideia central apresentada pelo autor é de que a educação deve ser vista como uma forma de investimento:

[...] as pessoas valorizam as suas capacidades, quer como produtores, quer como consumidores, pelo auto-investimento, e de que a instrução é o maior investimento no capital humano. Essa conceituação implica que a maioria das habilitações econômicas, das pessoas, não vem do berço, ou da fase em que as crianças iniciam a sua instrução. Estas habilitações adquiridas exercem marcada influência. São de modo a alterar, radicalmente, os padrões correntes da acumulação de poupanças e da formação de capitais que se esteja operando. Alteram, também, as estruturas de pagamentos e salários, bem como os totais de ganhos decorrentes do trabalho relativo ao montante do rendimento da propriedade. Existem enraizadas confusões em torno do crescimento econômico e das alterações na estrutura de pagamentos e salários; e, outrossim, em torno das mutações na distribuição pessoal da renda; confusões que podem ser devidamente esclarecidas pela consideração do investimento no capital humano (SCHULTZ, 1973, p. 13).

O conceito de capital humano é usado pelo autor para explicar a diferença entre as rendas dos indivíduos em seu país, os Estados Unidos da América: mais investimentos em capital humano implicam em rendas mais elevadas.

Quando os fazendeiros assumem empregos que não são de natureza rural, ganham substancialmente menos que os empregados industriais da mesma raça, idade e sexo.

Identicamente, os indivíduos do sexo masculino não-brancos, da zona urbana, ganham muito menos que os indivíduos brancos do sexo masculino, mesmo depois de realizado o subsídio para os efeitos de diferenças no desemprego, idade, tamanho da cidade e da região. Dado que tais índices diferenciais de rendimentos correspondem a diferenciais correlatos no campo da educação, eles sugerem fortemente que um é consequência do outro. Os negros que atuam nas fazendas, tanto como arrendatários quanto como proprietários, ganham muito menos que os brancos que operam em fazendas idênticas. [...] As grandes diferenças de rendimentos parecem refletir, antes, principalmente, as diferenças em saúde e na educação (SCHULTZ, 1973a, p. 35-36).

A elaboração do autor nos mostra que “[...] investimento na instrução é, atualmente, nos Estados Unidos, a maior fonte de capital humano” (SCHULTZ, 1973, p. 63). Dessa forma, observa-se como ele vincula diretamente o crescimento econômico de seu país com os investimentos realizados em capital humano.

Segundo Schultz (1973a), as habilidades que o indivíduo adquire por meio da educação são um tipo de capital e têm o potencial de promover o aumento da produtividade do trabalho desse indivíduo. Portanto, a tendência é de que os homens busquem aumentar investimentos em si mesmos e, assim, tenham a possibilidade de obter no futuro rendas mais elevadas.

Theodore Schultz explica o crescimento econômico dos chamados países tecnicamente avançados devido ao incremento em capital humano, tomando como exemplo o rápido processo de recuperação dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial. O autor mostra como tais países saíram do conflito completamente destruídos e que as projeções dos economistas (que não adotavam o conceito ampliado de capital, o capital humano) acerca de suas recuperações foram as piores possíveis. Schultz (1973a) admite que suas análises sobre aquele momento específico estavam erradas pois:

Tendo tido a minha parte de colaboração nesse sentido, manifestara uma razão especial para olhar para trás e imaginar por que os julgamentos que emitimos logo depois da guerra provaram estar muito aquém da realidade. A explicação, agora clara, é que demos exageradamente um peso demasiado ao capital não-humano ao fazermos essas avaliações. Caímos neste erro, estou convencido disto, porque não tínhamos um conceito de *todo o capital e*, por conseguinte, fracassamos em levar em linha de conta o capital humano e a importante parte que ele desempenha na produção dentro de uma economia moderna (SCHULTZ, 1973a, p. 40).

Logo, o autor nos mostra que a retomada dos países tecnicamente avançados depois do conflito mundial, nos anos 1940, teve como uma de suas bases o capital humano, isto é, os investimentos realizados nos seres humanos, nos campos da educação, saúde, adestramento, sendo essas as razões pelas quais aqueles países se recuperaram celeremente (SCHULTZ, 1973a).

Schultz (1973a) aprofunda essa perspectiva ao utilizá-la para apresentar uma explicação acerca da pobreza de determinados países e expõe que, mesmo recebendo capital adicional para

investimentos, os países pobres continuam pobres. Como poderia ser? Qual seria o problema? A razão segundo ele estaria no fato de que todo o capital adicional que chega a tais países pobres é destinado para “[...] a formação de estruturas, de equipamento e algumas vezes também para bens e mercadorias inventariados” (SCHULTZ, 1973a, p. 40). Para ele, o equívoco estaria no não investimento do capital adicional no ser humano:

Consequentemente, as capacitações humanas não se colocam ombro a ombro com o capital físico, e se transformam na verdade em fatores limitativos ao crescimento econômico. Não deve constituir surpresa alguma, portanto, o fato de que o índice de absorção de capital para aumentar apenas os recursos particulares não-humanos seja necessariamente baixo (SCHULTZ, 1973, p. 40).

Tal perspectiva de ligação imediata entre o crescimento econômico de um país e o nível de instrução de sua população, ou seja, o investimento realizado no capital humano em seu interior (ou resultado desse investimento) é apresentada pelo autor de modo inverso, ou seja, o autor apresenta a situação de não desenvolvimento de países em razão da presença de indivíduos com pouco investimento em capital humano.

O autor mostra que nos Estados Unidos da América, nos pós Segunda Guerra Mundial, o custo da educação é bastante elevado, considera ainda que a educação não é gratuita, visto que a maior fração do custo é efetivada pelos estudantes e familiares (SCHULTZ, 1973).

Quando se trata do custo da instrução em países pobres, supostamente subdesenvolvidos, o autor mostra um movimento descendente, à proporção em que se elevam as rendas das famílias dos estudantes. Nos países ricos, os chamados desenvolvidos, o autor mostra que a instrução para qualquer nível está sempre em um movimento ascendente, isto é, a instrução é custosa nos países ricos (SCHULTZ, 1973).

Dessa forma, Schultz (1973) faz uma articulação direta entre o desenvolvimento econômico dos chamados países desenvolvidos, principalmente da potência estadunidense, com o grau de instrução de sua população, nas palavras do autor, com o nível de investimento em capital humano realizado nesses países.

Com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos ditos países desenvolvidos (a economia estadunidense é o principal modelo), o autor estabelece um vínculo imediato entre o montante do PIB e os investimentos realizados pelas famílias em capital humano, afirmando que os chamados países desenvolvidos possuem elevados investimentos em educação.

O investimento na instrução tem alcançado apreciável valor nos Estados Unidos. O “acervo” deste capital – formado pela instrução – tem sido ampliado segundo uma taxa que supera, por uma larga margem, a taxa de crescimento do acervo material do capital reprodutivo. A taxa de rendimento do investimento na instrução é tão ou mais elevada do que a de qualquer outro investimento; mesmo quando se consideram todos

os gastos da instrução como investimentos rentáveis e não de consumo em qualquer proporção. Como fonte de crescimento econômico, a instrução adicional, oriunda da força de trabalho, apareceria com a responsabilidade de um quinto, aproximadamente, da elevação da renda nacional efetiva, nos Estados Unidos, entre 1929 e 1957 (SCHULTZ, 1973, p. 26-27).

A conclusão, que se pode inferir [...], indica um apreciável aumento quantitativo da instrução, bem como uma elevação marcante do preço relativo de aquisição dos fatores que a integram, associada ao crescimento econômico do tipo que tem caracterizado os Estados Unidos, nas últimas décadas. Caso, realmente, o rendimento unitário do potencial da instituição educacional permanecesse fundamentalmente constante, justificar-se-ia a suposição de que o custo real da unidade de instrução se desenvolve acentuadamente de acordo com o crescimento econômico (SCHULTZ, 1973, p. 51-52).

Durante a exposição, alguns exemplos são dirigidos a países ditos subdesenvolvidos (México, Venezuela), de modo que o autor centra o foco da apresentação no nível básico da educação (principalmente a educação primária). O que vem a ser bastante coerente com a visão de que o analfabetismo é o grande responsável pelo “atraso” das economias do chamado mundo subdesenvolvido (SCHULTZ, 1973).

### **Desenvolvimento: análise crítica da teoria do capital humano.**

Numa perspectiva crítica em relação à elaboração de Theodore Schultz, Frigotto (2001) analisa a teoria do capital humano como uma teoria do desenvolvimento econômico e da educação, utilizada para justificar as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países e de renda entre os indivíduos. Assim, para Frigotto (2001), a tese central da teoria do capital humano justifica a patente desigualdade econômica entre os países e de renda entre os indivíduos por meio da noção de capital humano.

Frigotto (2001) adverte que, por meio da teoria do capital humano, supostamente, opera-se um mecanismo para solucionar o problema do desenvolvimento econômico na sociedade burguesa, sem atingir o cerne a partir do qual o desenvolvimento é alavancado, isto é, a apropriação dos meios de produção. A educação é tomada como um instrumento por meio do qual são transmitidos conhecimentos com o objetivo de produzir capacidade de trabalho. Nesse sentido, a educação, na teoria do capital humano, é reduzida a um investimento econômico para produzir habilidades, capacidades e atitudes com vistas a potencializar o trabalho, tornando-o mais produtivo (FRIGOTTO, 2001).

O conceito do capital humano pode ser apresentado como uma formulação na qual maiores investimentos, de natureza social ou individual em educação, concorrem para a elevação da produtividade do trabalho. Deste modo, com maiores investimentos em capital

humano seria possível alcançar maior crescimento econômico (no que diz respeito aos países) e maiores rendas (no que toca aos indivíduos) (FRIGOTTO, 2001).

Frigotto (2001) atribui um caráter de circularidade à teoria do capital humano, visto que, “[...] o que é determinante vira determinado”. A educação, ou seja, o investimento em capital humano é apresentado como fator determinante para o crescimento econômico, no entanto, acaba por ser exposta, nos trabalhos relativos ao tema, como fator determinado, pois, o fator econômico se torna o elemento explicativo, em relação ao acesso e permanência na escola, bem como no que tange ao rendimento escolar.

A circularidade da teoria do capital humano deriva da natureza positivista da teoria neoclássica,<sup>5</sup> que fundamenta esse pensamento. Assim, as pesquisas e trabalhos realizados no campo do capital humano utilizam a linguagem matemática, buscando conferir a essa produção teórica um aspecto de neutralidade (FRIGOTTO, 2001).

Para realizar uma análise crítica da teoria do capital humano é imprescindível observá-la sob o prisma de sua gênese histórica, retomando debate acerca do desenvolvimento capitalista na fase imperialista, porque, com base na tese do capital humano, as relações de desigualdade entre os países puderam ser justificadas por meio de um deslocamento de sua raiz, da questão básica da hierarquização dos países no sistema capitalista,<sup>6</sup> para o fator econômico, centrado no investimento em capital humano (FRIGOTTO, 2001).

---

<sup>5</sup> A escola neoclássica de pensamento econômico foi responsável por mudar a perspectiva da teoria do valor estabelecida pela escola clássica (representada por intelectuais como Adam Smith, David Ricardo, Jean B. Say). Enquanto na perspectiva clássica, a origem do valor e da formação dos preços reside nos custos de produção, ou seja, o custo de produção é que determina o preço, de modo que quanto maior for o custo de produção maior será o preço da mercadoria; na corrente neoclássica (William S. Jevons, na Inglaterra; Carl Menger, na Áustria; e Léon Walras, na França), a lógica é diferente, pois a utilidade é que determina o valor, portanto, o preço das mercadorias. Nessa concepção, o que importa, acima de tudo, é o fato de que as relações estabelecidas entre os homens e destes com o meio natural são guiadas pelo princípio do benefício próprio, são dirigidas pela lógica da utilização, de tal modo, a utilidade de uma mercadoria é dada pela necessidade que se tem dela, um dado variável de sujeito para sujeito, de modo que a mesma mercadoria pode vir a ter valores diferentes, a depender da necessidade do sujeito. Disponível em: <<http://analiseeconomica.com.br/site/tag/escola-neoclassica/>>.

<sup>6</sup> A hierarquização entre os países relaciona-se com a divisão internacional do trabalho, que tem a ver com o lugar ocupado pelos países no mercado e no processo de produção global. Tem relação, ainda, com a lógica que rege a acumulação capitalista a nível mundial (BOTTOMORE, 2012).



No interior da fase imperialista, nos anos 1950/1960, emergiram questionamentos, nos países capitalistas dependentes<sup>7</sup> sobre sua situação de pobreza e miséria em relação aos países centrais (AMMANN, 2009).<sup>8</sup>

A resposta foi fundamentada no pensamento desenvolvimentista, que segundo Cardoso (1978) aponta para a industrialização como resposta, como o caminho para a libertação econômica, que poderia ser produzida a partir de dentro do próprio país, pela produção das mercadorias necessárias à expansão econômica. No pensamento desenvolvimentista, o crescimento econômico implica o crescimento social, a pobreza tomada como uma etapa, poderia ser ultrapassada:

[...] pobreza é um retardamento na longa rota do desenvolvimento, a consequência necessária em termos da política [...] deverá ser no sentido de apressar o passo para atingir a posição de grande nação. Desta forma, o desenvolvimento é progresso e bem-estar. É a grande meta de todas estas nações, articulada em torno do crescimento econômico (CARDOSO, 1978, p. 95).

Na ideologia desenvolvimentista, a questão da miséria é uma ameaça, pois implica na tendência de subversão da ordem democrática. É no nível da economia que se encontra o germe dos movimentos contrários à ordem democrática. A rebeldia é determinada pela pobreza extrema, ou pela pobreza contraposta à opulência (CARDOSO, 1978).

Destarte, a teoria do capital humano surgiu no cenário do pensamento desenvolvimentista, como um mecanismo ideológico para justificar as desigualdades entre os países e regiões no sistema capitalista, no panorama da hegemonia estadunidense durante a Guerra Fria.

As ideologias<sup>9</sup> possuem substrato material, emergem como forma de perpetuar uma determinada realidade. As ideologias desenvolvimentistas, mais especificamente a ideologia

---

<sup>7</sup> Nesse trabalho os países usualmente apontados como subdesenvolvidos ou atrasados pelo pensamento dominante serão designados como países capitalistas dependentes, com base na reflexão de Fernandes (2008), que pensou a realidade dos países da periferia do sistema capitalista, especialmente na América Latina, a partir das reflexões teóricas de pensadores críticos como Trotsky, Lênin, Marx. Dessa forma, a visão sobre o suposto atraso desses países pode ser compreendida por outro prisma, a partir de sua relação com o centro do sistema capitalista, negando a possibilidade do desenvolvimento que não contemple esse vínculo de dependência e submissão com os países centrais.

<sup>8</sup> A elaboração de Ammann (2009) apresenta a relação do Serviço Social brasileiro com o cenário da Guerra Fria, a partir do instrumento ideológico denominado Desenvolvimento de Comunidade, que foi um mecanismo usado pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante aquele período para dar conta do problema da ameaça que a consolidação do bloco socialista representava, em virtude de sua expansão aos países orientais. Ademais, é importante registrar que os países capitalistas centrais haviam perdido territórios como consequências dos movimentos de descolonização na África e na Ásia. Naquele panorama, a ONU passou a investir na difusão do Desenvolvimento de Comunidade, como meio para assegurar territórios para o mundo capitalista, sob o discurso de que a pobreza e a forma configuravam ameaças, por tornar os povos da periferia suscetíveis ao comunismo (AMMANN, 2009).

<sup>9</sup> A produção de determinadas ideias (ideologias) tem sempre uma ligação com o real, com o mundo da produção. É o real que determina ideias, a partir da produção é que surgem as chamadas ideologias. Isso porque as ideologias emergem da divisão do trabalho em material e espiritual, o que possibilita a separação da consciência do mundo

do capital humano, têm como finalidade o mascaramento da desigualdade produzida pela sociedade capitalista.

Todavia, a desigualdade é uma marca indelével do desenvolvimento capitalista, faz parte de sua estrutura. Na parte da obra “O capital”, em que Marx apresenta o segredo das origens da produção capitalista (capítulo XXIV, sobre a acumulação primitiva), o germe do desenvolvimento desigual do capitalismo está presente (MARX, 1996).

Os estudos da tradição marxista sustentam que a desigualdade é parte intrínseca do capitalismo, sem a eliminação da separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, a questão da desigualdade tende a persistir (MARX, 1996).

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente (MARX, 1996a, p. 340).

A análise crítica do desenvolvimento capitalista no mundo contemporâneo foi objeto de análise de estudiosos e militantes como Lênin e Trotsky<sup>10</sup>. Em suas reflexões podemos encontrar subsídios para compreender as desigualdades flagrantes entre os países do globo, por meio de uma outra visão, que não a sustentada por meio das teorias do desenvolvimento, mas sim pelo conceito de imperialismo e pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

O imperialismo, segundo Lênin (2011), está relacionado ao processo de desenvolvimento do capitalismo, a partir do trânsito da fase de livre concorrência para a fase do monopólio:

Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas (LÊNIN, 2011, p. 216).

---

real; propicia que a produção do pensamento se separe do terreno da produção da vida material, concorrendo para a elaboração de ideias que não possuem correspondência no real, no entanto, atuam no sentido de perpetuá-lo. Cf. Marx e Engels (1991).

<sup>10</sup> Lênin foi o fundador do comunismo moderno, sendo o mais influente liderança teórica e política do pensamento marxista no século passado. Em seus estudos, ressaltou a importância da luta de classes. É de sua autoria a teoria do imperialismo como fase final do capitalismo. Lênin comandou o partido bolchevique durante a Revolução de Outubro de 1917, conduzindo a Rússia ao socialismo. O seu pensamento foi difundido pelo mundo por meio da Internacional Comunista, de modo que o comunismo moderno se colocou como contraponto à socialdemocracia. Trotsky pertenceu ao partido socialdemocrata dos trabalhadores russos, tomando parte nos processos revolucionários de 1905 e 1917, na Rússia. Foi expulso da Rússia em 1929, por Stálin, tendo organizado a Quarta Internacional fora da Rússia em oposição a Stálin. Foi assassinado a mando de Stálin, no exílio, no México. Sua contribuição mais importante foi a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a doutrina da revolução permanente (BOTTOMORE, 2012).

Para Lênin (2011), o imperialismo é a superestrutura que é construída sobre o capital financeiro (a base econômica), configurando a tendência para a ampliação das conquistas em termos de mercado.

Com o advento dessas reflexões, a análise sobre a desigualdade existente entre os chamados países subdesenvolvidos e os desenvolvidos assume outro significado. Para Fernandes (2008), o subdesenvolvimento tem ligação estreita com o desenvolvimento: é uma relação, na qual o desenvolvimento se alimenta do subdesenvolvimento.

De acordo com Fernandes (2008), a questão não está no processo realizado para levar o país à modernização como caminho para o desenvolvimento, mas sim em quem o dirige, pois, um processo de industrialização apartado dos interesses do país em que se realiza, apenas promove a progressiva subordinação do mesmo aos países que de fato detêm o poder sobre a industrialização.

Fernandes (1975) qualifica o desenvolvimento próprio das nações subdesenvolvidas, controlado a partir de fora, diferenciando-o do desenvolvimento das nações desenvolvidas. Nesse sentido, o autor denomina o padrão de crescimento das nações subdesenvolvidas como padrão capitalista de desenvolvimento dependente.

Este conceito não significa, apenas, que elas estão sujeitas a “crescer” através dos efeitos diretos e indiretos da difusão cultural. Mas que a difusão cultural se desenrola, nos diversos níveis, em função de interesses e de dinamismos das sociedades hegemônicas, bem como das probabilidades de absorção de tais interesses e dinamismos por parte das sociedades heteronômicas (FERNANDES, 1975, p. 115).

O capitalismo dependente em Fernandes não deixa de ser capitalismo, pois faz parte do sistema como um todo. Outrossim, responde à mesma diretriz que todas as outras partes que constituem o sistema, contudo, com aspectos específicos e particulares:

Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, elas encaram uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. [...] Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente; como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela parece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 2008, p. 36-37).

É importante salientar a complexidade da análise de Fernandes, que apresenta o capitalismo dependente como um produto decorrente não apenas do imperialismo, mas também de sua articulação com um processo interno:

Sem dúvida, o subdesenvolvimento é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente (dentro ou fora da “sociedade subdesenvolvida”). [...] o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente [...] (FERNANDES, 2008, p. 54).

O pensamento de Fernandes está localizado no polo oposto às teses das teorias do desenvolvimento. Com base em sua reflexão, é possível compreender que a partir do desenvolvimento capitalista dependente, os aspectos de atraso não podem ser extirpados:

[...] sob o capitalismo dependente, elas não conduzem a um crescimento linear e acumulativo. As fases novas não eliminam as anteriores, ao contrário, coexistem e engendram um sistema econômico capitalista segmentado, no qual as diferentes estruturas compõem um todo, articulado com base nos elementos capitalistas das diversas estruturas em vários estágios de diferenciação econômica (FERNANDES, 2008, p. 88).

O conceito de capitalismo dependente expressa o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em sua fase monopolista para os países da periferia, sendo que a heteronomia cultural tem suas raízes fincadas no processo de dependência econômica:

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia) (FERNANDES, 2008, p. 23).

O caráter desigual reside nos vínculos que se estabelecem e se renovam a cada novo ciclo de acumulação com os países centrais. O aspecto combinado diz respeito à manutenção de elementos arcaicos e modernos no interior da própria formação social heteronômica ou capitalista dependente como modo de prover acumulação tanto para a burguesia hegemônica, como para as burguesias locais, provocando um nível de exploração muito mais elevado nas formações capitalistas dependentes (FERNANDES, 2008).

### **Considerações finais**

A partir da exposição do debate do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e sua particularidade nas regiões periféricas, o chamado capitalismo dependente, é possível articular tal perspectiva com a análise de Frigotto (2001), que apresenta a teoria do capital humano como uma ideologia do desenvolvimento que emergiu no contexto do pós Segunda Guerra Mundial.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> A difusão da teoria do capital humano nos países capitalistas da periferia encontra sua razão de ser nas relações de dependência estabelecidas entre eles e a potência estadunidense. O autor sustenta que a difusão da teoria do capital humano nos países da América Latina esteve articulada ao imperialismo, na medida em que por meio da

Na ótica da teoria do capital humano, os países capitalistas dependentes seriam supostamente subdesenvolvidos pela ausência de investimentos no fator humano. Logo, a chave para que se tornassem semelhantes aos países avançados estaria na modernização de alguns fatores, sendo o mais importante, o fator humano, por meio de investimentos a serem realizados em educação/treinamento (FRIGOTTO, 2001).

Nesse sentido, a teoria do capital humano difunde a ideia de que os trabalhadores também são capitalistas, pois detêm o capital humano, passível de investimentos por meio da elevação da escolarização (FRIGOTTO, 2001).

Frigotto (2001) derruba a tese do vínculo direto e imediato entre educação e produção, como é apresentado pela teoria do capital humano, pois mostra que o movimento do capital em busca de valorização, configura a tendência de articulação entre o trabalho produtivo e o improdutivo, como verso e averso do mesmo processo.<sup>12</sup>

Na realidade, o que ocorre é escolarização da força de trabalho para que possua um patamar mínimo de conhecimento, um conjunto de saberes de caráter não específico que possa responder ao trabalho de natureza parcial característico do movimento de incorporação de tecnologia ao processo de trabalho (FRIGOTTO, 2001).

O papel da escola é oferecer um rol de conhecimentos gerais para adestrar a força de trabalho ao processo de produção cada vez mais parcelado. Ademais, tem como tarefa a oferta de conhecimentos mais refinados para um grupo menor de trabalhadores, que irão atuar como intelectuais orgânicos<sup>13</sup> do capital, seja na produção ou no aparato estatal (FRIGOTTO, 2001).<sup>14</sup>

---

noção de capital humano é possível comunicar a ideia de que o chamado subdesenvolvimento não possui qualquer conexão com as relações de dependência estabelecidas entre os países dessa região e os EUA (FRIGOTTO, 2001).

<sup>12</sup> Frigotto (2001) refuta a teoria do capital humano, pois mostra que o desenvolvimento capitalista produz a tendência de aumento da participação da fração constante do capital no processo de produção em detrimento da fração variável, isto é, a tendência é de elevação do investimento em tecnologia e maquinário e redução da participação do trabalho vivo na produção. Isso quer dizer, que com o movimento do capital em sua busca por valorização de modo incessante e em escalas cada vez maiores, a subordinação real do trabalho ao capital tende a ser ampliada, a tendência é de transformação do trabalho complexo em trabalho simples. À medida que ocorre a acumulação, concentração e centralização do capital, o trabalho produtivo (diretamente empregado na produção da mais-valia) tende a diminuir, ao passo que o trabalho improdutivo (não ligado imediatamente ao processo de produção da mais-valia, porém essencial para que esta seja extraída e, portanto, realizada) vai na direção oposta, tendendo à elevação.

<sup>13</sup> Conforme os estudos de Coutinho (2012) sobre o pensamento de Antonio Gramsci, intelectual é o sujeito com a capacidade de direção e organização na sociedade. O intelectual orgânico é apontado como o tipo de intelectual que nasce vinculado a uma classe social fundamental no modo de produção da existência, sendo sua atribuição oferecer unidade e consciência a essa classe com a qual se articula, tanto na esfera econômica como na política.

<sup>14</sup> Frigotto (2001) se baseia na reflexão de Marx sobre o trabalho produtivo e improdutivo, pois o desenvolvimento do capital implica na alteração de sua composição orgânica, com a tendência de redução da fração variável em detrimento da elevação da fração constante. Assim, a demanda por trabalho produtivo tende a diminuir, mas como parte desse processo o trabalho improdutivo tende a ser ampliado, com a demanda por funções de controle, supervisão e planejamento ligadas à extração da mais-valia. Dessa forma, compreende-se por que a escola é

Destarte, a análise crítica da teoria do capital humano se constitui em um instrumento essencial para a compreensão do atual movimento de massificação da educação superior no país como caminho para solucionar a desigualdade (por meio da ampliação da oferta de vagas pelo setor privado, assim como da modalidade de Ensino a Distância), numa articulação direta entre um suposto desenvolvimento do país e a elevação dos níveis de educação. Tal visão, desconsidera que essa alternativa, além de não resolver a questão do acesso ao nível superior, ainda concorre para aprofundar a dualidade estrutural que atravessa a história da educação brasileira, visto que a depender da origem de classe, a trajetória do indivíduo tende a ser bastante diferenciada.

### Referências

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento sob a Presidência Juscelino Kubitschek. In: **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAPMP, 2011.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, Edição 1, n. 6, 1998. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>>.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O capital: volume 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

---

funcional, ainda que indiretamente, para formar esse tipo de trabalhador, tanto o que será adestrado com conhecimentos mínimos, quanto aquele que será orientado para funções de controle, supervisão e planejamento.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973a.